

25 de novembro: Dia Internacional de combate à violência contra as mulheres

O dia 25 de novembro é o "Dia Latino-Americanano e Caribenho de luta contra a violência à mulher". Essa data estabeleceu-se no 1º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, realizado em Bogotá, Colômbia, em 1981, homenageando as três irmãs Mirabal, que em 25 de novembro de 1960 foram brutalmente assassinadas pela ditadura de Rafael Trujillo, na República Dominicana.

Las Mariposas, como eram conhecidas as irmãs Mirabal – Patria, Minerva e Maria Teresa,



participavam da luta contra a ditadura de Trujillo quando foram detidas e submetidas às mais cruéis torturas, antes de serem assassinadas, crime hediondo que marcou a história dominicana. Em 1999, a Organização das Nações Unidas designou, oficialmente, a data como Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher.

Passados 51 anos, a violência à mulher e o machismo ainda permanecem.

De onde vem essa violência

Em nossa sociedade capitalista, a violência contra as mulheres é parte de uma forma de dominação pela opressão, o poder do mais forte, onde a força física é quem dita as regras, verdadeira lei das selvas.

A mulher é submetida a vários tipos de violência decorrentes do machismo. Ela pode ser física, psicológica ou promovida pelo Estado.

Esta última ocorre quando são negados os direitos básicos das trabalhadoras. O governo não investe na saúde, educação e moradia.

Com a crise econômica internacional, a exploração se intensifica, pois a opressão faz com que os patrões paguem salários diferenciados e cortem direitos. Um exemplo é a reforma da Previdência que será apresentada pelo próximo governo, na qual pretende-se aumentar a idade mínima para as mulheres se aposentarem.

Por isso, a luta contra a violência abrange a luta por uma sociedade justa, sem opressão e sem exploração.

Violência contra a mulher no mundo

No Haiti, as mulheres negras sofrem todos os dias o drama da miséria, da falta de alimentos para seus filhos, da violência, da cólera e dos estupros impostos pela Minustah (Tropa de ocupação da ONU, cuja principal força é o exército brasileiro)

Na Palestina, mulheres e crianças são mortas diariamente na luta por sua terra roubada.

No Irã, a vida de uma mulher vale metade da vida de um homem, vigorando a lei medieval do apedrejamento. Sakineh Ashtiani foi sentenciada à morte e hoje há um grande movimento internacional para evitar a aplicação da sentença.

O governo brasileiro negou-se a assinar o documento da ONU em defesa de sua vida.

Na Índia, 9 mil mulheres são assassinadas ao ano, porque o dote não é suficiente.

Nos EUA, a violência doméstica atinge de 2 a 4 milhões de mulheres: são 21 milhões de hospitalizações, a um custo de US\$ 44 milhões ao país. A cada 18 minutos, uma mulher é espancada; a cada seis minutos, uma é estuprada.



Sindicato dos Metroviários de SP

A mulher metroviária



Infelizmente não estamos fora das estatísticas de violência contra a mulher.. Todas, de alguma forma, temos enfrentado essa realidade por sermos mulheres, trabalhadoras, mães ou sabermos que algumas colegas já foram vítimas de violência.

Nesse sentido temos que nos envolver nessa luta contra a opressão e a violência e incluir em nossa pauta de reivindicações para o Metrô, assistência médica, jurídica e psicológica a toda metroviária vítima da violência.

Exigimos:

- ⇒ Creche em período integral, para as metroviárias e metroviários!
- ⇒ Licença maternidade de 6 meses para todas, sem isenção fiscal!
- ⇒ Assistência a toda metroviária vítima de violência!
- ⇒ Contra a reforma da previdência. Em defesa da previdência pública!
- ⇒ Contra o machismo e a exploração. Salário igual para trabalho igual!
- ⇒ Pelo fim da violência contra a mulher! Punição aos agressores, construção de casas-abrigo e assistência à mulher!



Realidade hoje no Brasil

Dados baseados em informações do SUS e do Instituto Zangari, revelam que, nos últimos dez anos, 41.532 mulheres foram assassinadas, média de dez por dia. A maioria assassinada por maridos ou ex-companheiros, motivados por ciúmes, inconformados com o fim da relação ou com sua resistência na condição de submissas. Além disso, a cada 15 segundos uma mulher é espancada e 43% das mulheres já foram vítimas de violência.

Casos como o de Elisa Samúdio, Maria Islaine, Mércia e Eloá, a menina de 15 anos assassinada pelo namorado, mesmo após a polícia acompanhar seu seqüestro durante

dias, são exemplos da realidade das mulheres nesse país.

Todas com histórico de agressões, ameaças e registro de denúncias. Nenhuma providência foi tomada pelas autoridades para evitar suas mortes.

Mesmo esses casos difundidos pela mídia não impedem uma realidade cruel quando trabalhadoras, potenciais vítimas da violência, permanecem nessa situação, por falta de estrutura financeira para se manterem com seus filhos.



Lei Maria da Penha



Embora tenha avançado em relação à antiga lei da cesta básica, não tem garantido, de fato, a punição ao agressor, tampouco possibilita acesso aos serviços essenciais, como casas - abrigo, creches, assistência médica e psicológica, centros de referência e atendimento jurídico.

Após quatro anos de sua vigência, a violência contra a mulher permanece. Uma vez que o governo federal cortou 50% do orçamento para sua efetivação, explica, em parte, porque não é aplicada.

As trabalhadoras, pelas suas condições históricas, são as que têm menos recursos e que mais sofrem com a ausência de uma política de Estado eficiente.

A Lei foi inútil para Mércia, Islaine ou Elisa, que denunciaram seus agressores, assim como é inócuia para as 10 mulheres assassinadas diariamente no Brasil. O extermínio de mulheres ocorre das mais variadas formas, tiros, como foi com Islaine, até esquartejamento e devorada por cães como Elisa. Embora sejam crimes previstos na lei, continuam ocorrendo sem providências efetivas.